

Ministério da Justiça por seu direito originário vinculado a sua identidade étnica, os extrativistas firmaram compromisso com o Ministério do Meio Ambiente de manter uma Unidade de Conservação Nacional”, o que os leva os antropólogos a crer que “parece que quem não se identifica como índio e mora na floresta cai na vala comum e nebulosa de pequenos agricultores”.

ESCOLHA DE IDENTIDADE A situação em determinados casos é tão crítica que a obtenção de direitos como saúde e educação pode levá-los a escolher a identidade indígena mas depois desistir dela, e tem havido casos assim”, conta. Eliza Costa, no entanto, diz que essa questão sobre identidades não é de forma alguma somente po-

lítica. Maria do Rosário concorda e acrescenta que trata-se de assumir uma identidade que durante anos foi suprimida, em decorrência de uma série de fatos históricos, e isso não tem caráter apenas instrumental, mas “há uma memória de pertencimento étnico indígena, que aflora em certos momentos, por vezes através de uma liderança com mais poder de mobilização e às vezes por causa das ocupações simultâneas”, afirma a antropóloga.

O possível choque que a mobilidade identitária pode provocar em não indígenas, mais ainda quando aparenta ser instrumental no sentido do uso político que dela pode ser feito na demarcação de territórios, vem em parte da imagem de “bom selvagem”, puro e inocente, que brasileiros não indígenas criam acerca dos índios, que substitui a imagem do indígena real – o que Alcida Ramos, antropóloga da Universidade de Brasília (UnB), considera como o “índio hiper-real”, já que a imagem que dele se projeta é “mais real” que a realidade. E isso tem um papel muito importante na delimitação dessas identidades: como conclui Maria do Rosário, “o Estado ainda parece precisar de uma imagem ‘pura’ ou hiper-real do que considera ‘ser indígena’ para elaborar suas políticas enquanto a realidade é bastante mais complexa do que isto” – e, a exemplo dos recentes conflitos que vêm ocorrendo no Mato Grosso do Sul (referente ao pedido de reconhecimento das terras por parte dos índios Guaraní-Kaiowá), é uma questão longe de uma solução.

RESENHA

A trajetória etno-histórica de uma população indígena

Os Camba-Chiquitano tiveram sua identidade e história revelada e analisada pelo historiador Giovani José da Silva em seu livro *Identidades cambiantes: os Kamba na fronteira Brasil-Bolívia* (editora UFG), lançado em novembro passado. A obra, uma adaptação do doutorado defendido em 2009 pela mesma universidade, traz uma análise sobre o desenvolvimento etno-histórico das identidades de uma comunidade indígena localizada atualmente em Corumbá (MS). O autor procurou, através de fontes orais, resgatar a história das identidades assumidas pelos ancestrais Kamba, os Chiquitanos, por meio de fontes orais. Uma parcela desses indígenas viveu na fronteira Brasil-Bolívia durante a segunda metade do século XX. A diáspora dos ancestrais está intimamente ligada a mudanças dos espaços sociais urbanos que pressionaram aqueles que rejeitaram se submeter à servidão ou à “economia de contrabando” a buscar novas áreas. O autor se debruça sobre a percepção e o entendimento de como essa comunidade elaborou identidades e práticas culturais para viver e quais estratégias adotou para que lhe fosse garantida a sobrevivência física e cultural em uma região transnacional. Os Camba-Chiquitanos reconhecem sua própria alteridade e diferença, agregando valores positivos a estigmas que recaíram sobre o grupo.

Roberto Rezende, Unicamp/ ICMBio



Lió, extrativista não-descendente indígena e coqueiro que plantou há cerca de 25 anos

Meghie Rodrigues